



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

EJA: O ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO SANTA LUZIA/ PICUÍ-PB

Francisca Tatiana de Oliveira Souza (1)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, tianaoliveira69@yahoo.com.br

Resumo: A Educação de Jovens e Adultos é baseada no desejo da inclusão daqueles que foram impedidos de estudar por alguma razão social. O trabalho teve como objetivo investigar o analfabetismo da população do Distrito Santa Luzia, determinando suas causas e também o desejo ou não de retorno à escola na idade adulta. A pesquisa foi conduzida entre janeiro e junho de 2015, com a população do distrito, através da aplicação de entrevistas semi-estruturadas com perguntas objetivas e subjetivas entre as pessoas jovens e adultas da comunidade totalizando 100 entrevistados e também através da análise documental dos últimos censos do IBGE. Os dados foram analisados estatisticamente utilizando variáveis qualitativas e quantitativas para o fechamento dos resultados. Após análise dos dados pode-se constatar que o principal fator de exclusão escolar dos alunos é estarem inseridos na classe social de baixa renda, pois ocasiona a necessidade de se inserir cada vez mais cedo no mercado de trabalho para complementar a renda da família.

Palavras-chave: EJA, analfabetismo, exclusão, escola.

Introdução

A fragilidade da Educação de Jovens e Adultos é bastante remota, podendo ser evidenciada desde o período do Brasil Imperial, época na qual a educação era a maior marca de distinção entre a elite política e a grande massa da população.

De acordo com Carvalho (1981), os jesuítas tiveram papel de destaque no cenário educacional, pois utilizaram a educação como instrumento para a cristianização e difusão da língua portuguesa. Foram criados colégios e escolas de bê-á-bá para a instrução principal das crianças. Ainda que os jesuítas priorizassem as ações junto às crianças, os indígenas adultos também foram submetidos a uma intensa ação cultural. Contudo, o analfabetismo no Brasil tem suas origens marcadas na educação jesuítica, devido à existência de um sistema educativo excludente e legitimador de valores, crenças e cultura.

De acordo com os estudos de Arroyo (2005): [...] os alunos da EJA, além de alunos ou jovens evadidos ou excluídos da escola carregam consigo trajetórias perversas de exclusão social,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

vivenciam trajetórias de negação dos direitos mais básicos à vida, ao afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e à sobrevivência. (ARROYO, 2005, p. 24).

Ao longo do tempo e a partir destas circunstâncias, eles vão se tornando analfabetos, que de acordo com Pereira e Buffa (2014) a concepção do analfabeto como ignorante tornou-se ainda pior na segunda metade do século XIX, sobretudo com a Reforma Leôncio de Carvalho de 1879 que caracterizava o analfabeto como dependente e incompetente e com a Lei Saraiva de 1881 que restringiu o voto às pessoas alfabetizadas, evidenciando mais um caso de exclusão.

Essa exclusão e preconceito contra as pessoas não alfabetizadas se intensificaram com a primeira Constituição Republicana, favorecendo os interesses da elite agrária do país: “Estava estabelecida a república, mas o povo, a grande população brasileira, continuava fora das decisões políticas e do acesso aos bens culturais.” (FREIRE, 1989, p. 162).

Ainda segundo Pereira e Buffa (2014), as primeiras décadas do século XX foram marcadas por mobilizações e campanhas em torno da alfabetização de adultos. Em 1915, foi formalizada a primeira campanha intitulada de Liga Brasileira Contra o Analfabetismo que almejava criar condições para que todos pudessem participar do regime democrático e o poder de voto era uma das condições elementares para a democracia.

A partir da nova Constituição de 1934 o direito à educação gratuita para todos e o dever do Estado para com a educação foram reafirmados. Foi estabelecida uma série de medidas que confirmaram o movimento de entregar e cobrar do setor público a responsabilidade pelo desenvolvimento da educação (HADDAD E DI PIERRO, 2000).

A alfabetização deveria ser baseada na realidade dos alunos e o trabalho educativo deveria ser feito “com” e não “para” as pessoas. Os próprios materiais de estudo não poderiam ser simples adaptações daqueles utilizados com as crianças. Além disso, Freire afirmava que o problema do analfabetismo não era o único e nem o mais grave da população, referindo-se às condições de miséria em que vivia o não alfabetizado (FREIRE, 1989).

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal que resultou de um processo de valorização de novos direitos, com a função de contribuir para a democratização do país. A Constituição



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

em seu artigo 208 assegurou a oferta gratuita à educação básica inclusive para todos que não tiveram acesso na idade própria.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394 em 1996, a educação de jovens e adultos passou a ser concebida como modalidade de ensino, tendo sido tratada no Capítulo II “Da educação Básica”, na seção V “Da Educação de Jovens e Adultos” nos artigos 37 e 38. A nova Lei contribuiu para a superação do conceito de Educação Supletiva e para fortalecimento da garantia do direito à educação, mas ainda assim os avanços em relação à alfabetização de adultos foram pouco significativos.

O trabalho teve como objetivo investigar o analfabetismo da população do Distrito Santa Luzia, determinando suas causas e também o desejo ou não, por parte dos alunos, de retorno à escola na idade adulta.

Metodologia

A pesquisa foi conduzida entre janeiro e junho de 2015, com a população do distrito de Santa Luzia, município de Picuí, estado da Paraíba (Figura 1).

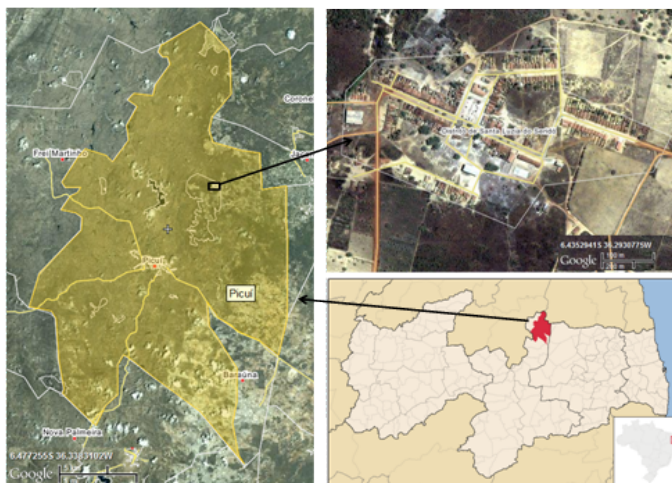


Figura 1- Localização do Distrito Santa Luzia do Seridó, Picuí, Paraíba.



O município de Picuí situa-se na região centro norte do Estado da Paraíba, Mesorregião da Borborema e Microrregião do Seridó Oriental Paraibano. Está há uma altitude de 426 metros, com coordenadas de 793.177 E e 9.274.666 N (MASCARENHAS et al, 2005).

Como ferramentas da pesquisa foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com perguntas objetivas e subjetivas entre as pessoas jovens e adultas da comunidade totalizando 100 entrevistados e ainda a análise documental dos últimos censos do IBGE.

As informações obtidas, para análise dos dados, foram separadas em grupos a fim de melhor analisar os dados.

Os dados foram analisados estatisticamente utilizando variáveis qualitativas e quantitativas para o fechamento dos resultados.

Resultados e discussão

De acordo com os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na década de 1990 o Brasil era um dos 12 países da América Latina com o maior índice de analfabetismo, apresentando a taxa de 20,1% da população com 15 anos ou mais que não sabia ler e escrever.

Realizando uma comparação entre os dados divulgados pelo IBGE nos Censos de 2000 e 2010, observa-se uma redução de 4 pontos percentuais na taxa de analfabetismo no Brasil das pessoas com 15 anos ou mais de idade. As taxas passaram de 13,6% em 2000 para 9,6% em 2010, o que corresponde a 13.933.173 pessoas que não sabem ler e escrever.

Quando se analisa por região, constatamos que a Nordeste seguido da Norte (Figura 2), é as que ainda apresentam a maior taxa de analfabetismo, o que pode ser explicado pela grande quantidade da população que serve como mão de obra desde muito tempo e necessitam priorizar o sustento de suas famílias ao invés de freqüentarem uma escola.

Pereira e Buffa (2014) explicam que apesar da redução das taxas serem mais representativas nas regiões Norte e Nordeste, essas regiões ainda apresentam índices muito elevados quando

comparados aos das demais regiões do país. O analfabetismo na região Nordeste se concentra em maior número entre os mais idosos, nas áreas rurais, nas camadas mais pobres e de cor preta e parda. Esses dados reforçam ainda mais a análise de que a exclusão escolar perpassa por condicionantes muito mais abrangentes relacionados à exclusão social, à desigualdade racial, à não democratização cultural, à problemas de moradia, entre outros inúmeros fatores que interferem diretamente nas trajetórias escolares da população.

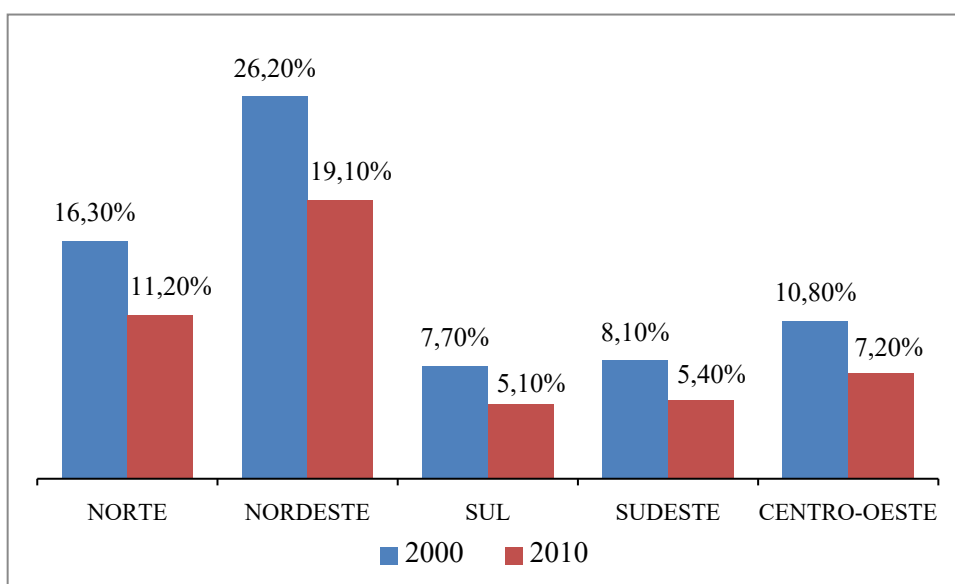


Figura 3- Taxa de analfabetismo em nível regional.

No caso dos dados a nível de município, apesar de Picuí-PB mostrar um percentual de redução bastante significativo na taxa de analfabetismo, quando comparamos aos níveis nacionais constatamos que estes percentuais são bastante elevados (Figura 4), levando-nos a inferir que as ações de redução deste índice no município são bastantes ineficientes ou estão atingindo o público errado.

Aprofundando mais um pouco, com relação ao percentual de analfabetos da zona rural *versus* zona urbana do município em estudo, constatou-se que a zona rural apresentou um menor percentual apenas no ano 2000, ano este em que as comunidades rurais dispunham de

programas de Educação Jovens e Adultos funcionando em suas escolas o que não acontece atualmente como nos mostra o censo de 2010 (Figura 5).

No caso do Distrito em estudo estas informações aplica-se perfeitamente, afinal é considerada zona rural da cidade de Picuí por ser formado na sua maioria por agricultores donos de sítios vizinhos.

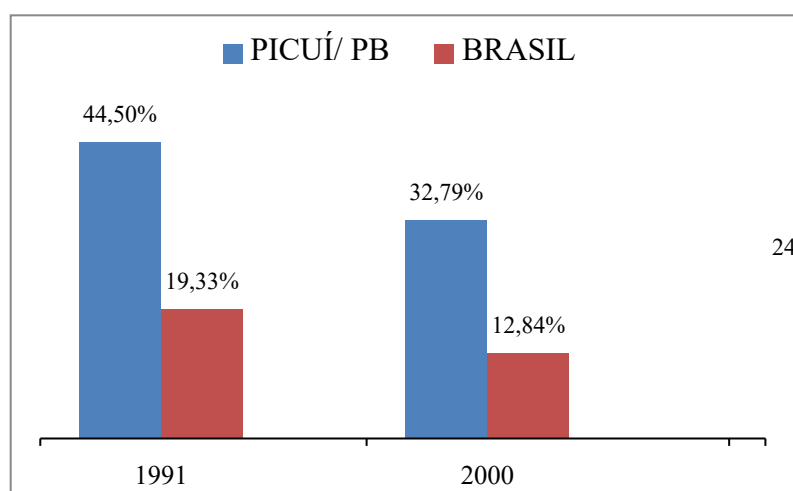


Figura 4- Taxa de analfabetismo da população em nível municipal e nacional.

Conforme a colocação de Pereira e Buffa (2014) sobre o alto índice de analfabetismo na região Nordeste, constata-se que no Distrito Santa Luzia, também podemos relacionar essas informações, pois os problemas atuais perpassam as fronteiras da educação, uma vez que a grande maioria da população idosa são analfabetos ou analfabetos funcionais sem desejo de ingressar em escolas para jovens e adultos, dizendo eles ser tarde de mais para aprender alguma coisa. Por outro lado, os jovens também não se sentem estimulados, tendo em vista apenas a reprodução da vida de seus pais: nasceram, cresceram, casaram e trabalharam “escravos” pelo resto da vida, uma vez que a comunidade não emprega ninguém além de agricultores em épocas de plantio e que convenhamos a tempos não se vê isso devido a escassez hídrica da região, trabalham por diárias sem nenhum direito trabalhista assegurado.

O que se enquadra no pensamento de Peres (2011, p. 631), quando ele afirma que: “Na verdade, a exclusão da velhice da esfera produtiva justifica a sua exclusão, também, do

sistema educativo, centrado nas práticas pedagógicas de educação, voltadas exclusivamente ao jovem e à criança”. Nesse sentido, o autor entende que o desinteresse do mercado de trabalho por esse grupo etário é um dos fatores de exclusão escolar e de contribuição para a elevação da taxa de analfabetismo no grupo indicado.

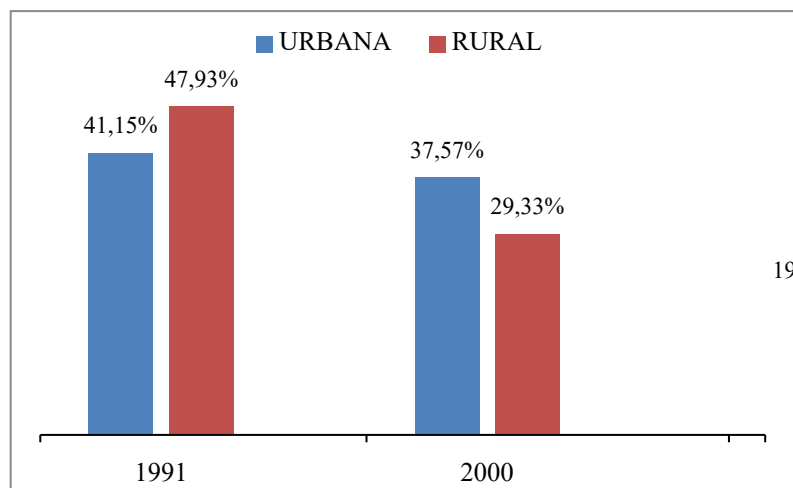


Figura 5- Taxa de analfabetismo entre a população urbana e rural de Picuí-PB.

Quando questionados a respeito dos fatores que condicionaram o pouco acesso à escola ou a evasão escolar, constatou-se que os principais foram a não permissão pelos pais e a necessidade de trabalhar e/ou cuidar dos irmãos mais novos (Figura 6). O que de acordo com Pereira e Buffa (2014) trata-se de uma situação de exclusão tanto educacional quanto social.

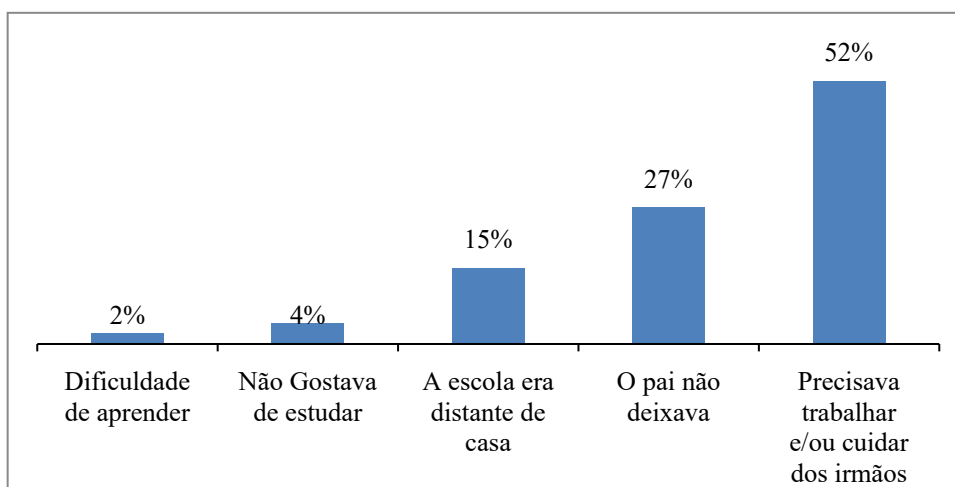




Figura 6- Fatores do analfabetismo entre a população do Distrito Santa Luzia

Em relação às influências familiares sobre as trajetórias dos alunos compreende-se que o conhecimento transmitido pela família, de forma direta ou indireta, inclui elementos que passam a fazer parte da própria subjetividade do sujeito. Na definição de Bourdieu a família é “[...] um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir.” (BOURDIEU, 2005, p. 131)

Os dados revelam ainda que o baixo capital econômico foi um dos importantes fatores que contribuíram para a exclusão escolar dos alunos e o alto índice de analfabetismo, pois a entrada precoce no mercado de trabalho devido à necessidade de auxiliar a família economicamente e também ao fato de dispor de poucos recursos para a compra de material escolar, entre outros, dificultaram as trajetórias de escolarização desses sujeitos proporcionando o analfabetismo.

Conclusão

A importância dos estudos para esse grupo é condicionada, principalmente, pela necessidade de inclusão social, pois foi possível identificar por meio do levantamento realizado o sentimento de exclusão social gerado devido à baixa escolaridade dos mesmos e a falta de assistência social na comunidade, mas por outro lado no caso dos idosos, eles esperam o avanço dos mais jovens.

Referências

ARROYO, M.G.: Um campo de direitos e responsabilidade pública. In: Soares, L. J. G.; GIOVANETTI, M.; GOMES, N. L. **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. P. 19-50.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

BOURDIEU, Pierre. 1930-2002. **Sociologia**. Renato Ortiz (Org.). Paula Monteiro (Trad.). 2 ed. São Paulo: Ática, 2005.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1981.

FREIRE, A. M. **Analfabetismo no Brasil**. São Paulo/Brasília: Cortez/Inep, 1989.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Aprendizagem de Jovens e Adultos**: avaliação da década da educação para todos. São Paulo em Perspectiva, 14 (1) 2000.

IBGE. Censo de 1991, 2000 e 2010.

PEREIRA, M.; BUFFA, E. TRAJETÓRIAS DE EXCLUSÃO: UM ESTUDO SOBRE JOVENS E ADULTOS EM PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 14, n. 55, 2014.

PERES, M. A. de C. Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 26, Número 3, Setembro/Dezembro 2011.